



MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Presidente

Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto
Lean Antônio Ferreira de Araújo
Vicente Felix Correia
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Denise Guimarães de Oliveira

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Antiógenes Marques de Lira
Eduardo Tavares Mendes
Marcos Barros Méro
Maurício André Barros Pitta
Sérgio Amaral Scala

Walber José Valente de Lima
Dennis Lima Calheiros
José Artur Melo
Valter José de Omena Acioly
Isaac Sandes Dias

Procuradoria Geral de Justiça

Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU NO DIA 21 DE MAIO, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 02.2020.00006943-1.

Interessado: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 21 de maio de 2021.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Distribuição Processual

Distribuição da Procuradoria Geral de Justiça

Ao(s) 21 dia(s) do mês de maio o funcionário competente do setor de Distribuição PGJ encaminhou, até as 13h30, os seguintes processos abaixo relacionados:

Processo: 02.2021.00002709-0

Interessado: 2º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL

Natureza: Declínio de atribuição. Ref.: DPF/SR-AL-2019.0001694-INQ /JFAL - 0800046- 32.2020.4.05.8001/Ofício nº 158/2021/GABPRM2/MAGS. (SIGILOSO)

Assunto: IPL 800046- 32.2020.4.05.8001

Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2021.00002710-1

Interessado: 4º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL

Natureza: Encaminha Expediente para Análise - ATOrd 0001507- 90.2019.5.19.0061 - SEI 08230.000808/2021-28.

Assunto: Despacho nº 276/2021

Remetido para: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca

Processo: 02.2021.00002711-2



Interessado: 4º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Declínio de Atribuição. Notícia de Fato nº 1.11.000.000600/2021-71, para providências.
Assunto: Ofício nº 61/2021/PRAL/GAB-4º Ofício
Remetido para: 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos

Processo: 02.2021.00002712-3
Interessado: 30ª Vara Cível da Capital - Fazenda Pública e Juizado Esp. Fazenda Pública Adjunto - Saúde Pública - TJAL
Natureza: Encaminhamento de Autos 0702091-27.2019. Uso indevido dos valores do erário, em virtude da ausência de prestação de contas.
Assunto: Mandado-Ofício nº: 001.2021/022858-0
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2021.00002714-5
Interessado: 6º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Encaminha expediente do Digi Denuncia
Assunto: Despacho
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2021.00002715-6
Interessado: 6º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Encaminha expediente do Digi Denuncia. Referência: PR-AL-00005678/2021
Assunto: Despacho
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2021.00002716-7
Interessado: Assessoria Especial das Serventias Extrajudiciais da CGJ/AL
Natureza: Encaminha cópia da Decisão do Processo nº 0000240-35.2020.8.02.0073
Assunto: Ofício nº 528/2021/GCGJ
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2021.00002719-0
Interessado: 9ª Vara Criminal da Capital/Tribunal do Júri - TJAL
Natureza: Intimação de Despacho. Autos 0500985-63.2009/9VCC Tribunal do Júri
Assunto: Ofício
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2021.00002743-4
Interessado: 30ª Vara Cível da Capital - Fazenda Pública e Juizado Esp. Fazenda Pública Adjunto - Saúde Pública - TJAL
Natureza: Encaminhamento dos Autos de nº 0715127-73.2018/01 - para adoção das providências cabíveis
Assunto: Ofício
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2021.00002744-5
Interessado: Josinaldo José dos Santos
Natureza: Requerimento de providências
Assunto: Requerimento
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2021.00002745-6
Interessado: Josinaldo José dos Santos
Natureza: Requerimento de providências
Assunto: Requerimento
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2021.00002746-7
Interessado: Josinaldo José dos Santos
Natureza: Requerimento de providências
Assunto: Requerimento
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça



Processo: 02.2021.00002748-9
Interessado: Josinaldo José dos Santos
Natureza: Requer providências e intervenção no inquérito 359/15
Assunto: Requerimento
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2021.00002749-0
Interessado: 9º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Declínio de Atribuição. NF nº 1.11.000.000697/2021-12, para providências.
Assunto: Ofício nº 503/2021/PR-AL/9º Ofício
Remetido para: 37ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2021.00002766-7
Interessado: 8º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: PJE 0803463-06.2014.4.05.8000
Assunto: Ofício nº 371/2021/MPF/PR-AL/8º Ofício
Remetido para: Promotoria de Justiça de Pilar

Processo: 02.2021.00002767-8
Interessado: 8º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Declínio de Atribuição. NF 1.11.000.000805/2021-57, para providências.
Assunto: Ofício nº 370/2021/MPF/PR-AL/8º Ofício
Remetido para: Coordenadoria da Fazenda Pública Municipal

Processo: 02.2021.00002769-0
Interessado: Superintendente Especial da Receita Estadual do Estado de Alagoas
Natureza: Solicitação de investigação.
Assunto: OFÍCIO Nº. 143/2021 SEFAZ-SURE
Remetido para: Coordenadoria da Fazenda Pública Estadual

Processo: 02.2021.00002777-8
Interessado: Comissão Especial Parlamentar dos Bairros em afundamento de Solo da Câmara dos Vereadores de Maceió
Natureza: Apresentação da Comissão Especial Parlamentar dos Bairros em afundamento de Solo da Câmara dos Vereadores de Maceió e solicitação
Assunto: Ofício nº 07/2021
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2021.00002778-9
Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral em Alagoas - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Declínio de Atribuição. Expediente PR-AL-00012504/2021, para providências.
Assunto: Ofício nº 033/2021-GPRE/AL/RMT
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Subprocuradoria Geral Administrativo Institucional

Despachos do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY, DESPACHOU, NO DIA 20 DE MAIODE 2021, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.1365.0001176/2021-43
Interessado: Dr. Ricardo de Souza Libório – Promotor de Justiça.
Assunto: Requerendo folga compensatória.
Despacho: Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, defiro o pedido. O requerente deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado. Vão os autos à Diretoria de Pessoal para as anotações de estilo. Em seguida, arquite-se.



GED: 20.08.1365.0001166/2021-22

Interessado: Dr. Vinícius Ferreira Calheiros Alves – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, defiro o pedido. O requerente deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado. Vão os autos à Diretoria de Pessoal para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0001168/2021-65

Interessado: Dr. Maurício Mannarino Teixeira Lopes – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, defiro o pedido. O requerente deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado. Vão os autos à Diretoria de Pessoal para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1321.0000001/2021-30

Interessado: Marcos André Souza da Rocha – Analista desta PGJ

Assunto: Requerendo promoção funcional.

Despacho: Defiro a promoção funcional, acolhendo o parecer da Consultoria Jurídica, com base nos arts. 26, 28, 30 e 32 da Lei Estadual nº 8025/2018, da Classe B, nível V, PGJ C2 para Classe A, nível I, PGJ C2. Vão autos à Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0001188/2021-10

Interessado: Karthalliane de Souza Medeiros – Assessor desta PGJ.

Assunto: Requerendo adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 20 de Maio de 2021.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA

Assessora de Gabinete do Ministério Público de Alagoas

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Portarias

PORTARIA SPGAI nº 192, DE 20 DE MAIO DE 2021

¿O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Expediente GED 20.08.1321.0000001/2021-30, RESOLVE deferir, com base nos arts. 26, 28, 30 e 32 da Lei Estadual nº 8.025/2018, a promoção do servidor efetivo MARCOS ANDRÉ SOUZA DA ROCHA, Analista do Ministério Público – Área gestão pública, para a Classe A, nível I, PGJ C2, com efeitos financeiros retroativos ao dia 19 de maio de 2021.

¿Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Colégio de Procuradores de Justiça

Despachos

O PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, NO DIA 20 DE MAIO DO CORRENTE ANO, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED 20.08.0284.0000002/2021-56



Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça

Assunto: Requerimento de providências

Despacho: 1- Junte-se aos autos cópia da Resolução CPJ n. 2/2021, publicada na edição 415 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Alagoas do dia 7 de maio de 2021; 2- Distribua-se o feito a um relator, nos termos do art. 9º, VI, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução CPJ n. 6/2018); 3- Após manifestação do relator, incluam-se os autos na pauta da subsequente reunião do colegiado; 4- Comunicações necessárias.

GED 20.08.0284.0000927/2021-89,

Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça

Assunto: Requerimento de providências

Despacho: 1- Distribua-se o feito a um relator, nos termos do art. 9º, VI, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução CPJ n. 6/2018); 2- Após manifestação do relator, incluam-se os autos na pauta da subsequente reunião do colegiado; 3- Comunicações necessárias.

Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça, 20 de maio de 2021.

Marcondes Batista Ayres
Analista do Ministério Público
Chefe de Secretaria do CPJ

Humberto Pimentel Costa
Promotor de Justiça
Secretário do CPJ

Conselho Superior do Ministério Público

Atas de Reunião

MINUTA DA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021

Aos 13 (treze) dias do mês de maio do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 10h, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria Geral de Justiça, compareceram, alguns presencialmente, outros *on line*, em razão das medidas preventivas a não propagação do coronavírus, para realização da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Valter José de Omena Acioly, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Marcos Barros Méro, Maurício André Barros Pitta e Isaac Sandes Dias, sob a presidência do primeiro. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Havendo *quorum*, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente em exercício, que iniciou dizendo que Jesus Cristo, com sua bondade exemplar, coloca guardiões para os trabalhos e suplica sempre proteção para todos. Pede vibrações de paz, equilíbrio e todos os sentimentos bons. Nesta, foi posta à apreciação a Ata da 11ª Reunião Ordinária de 2021, que restou aprovada, por unanimidade. No que diz respeito aos DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO - Encaminhamento de relatório periódico ilação do art. 126, I e II, do Regimento do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas, ilação de concessão de licença ao Promotor de Justiça João Batista Santos Filho, para cursar mestrado, sendo disponibilizados para os Conselheiros, com a devida antecedência, todos os documentos, o Presidente perguntou se algum gostaria de realizar manifestação. Sem quem desejasse, o CSMP conheceu toda a documentação. Partindo para os PROCEDIMENTOS PARA DELIBERAÇÃO Ordem: 1 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062016000002871 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Cícero Floriano da Silva/Restaurante Dona Branca Assunto: Dano Ambiental Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 2 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062014000000521 Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca Partes: JOSÉ ORIEL SANTANA DA ROCHA/DATAONLINE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA Assunto: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação Relator: Valter José de Omena Acioly Ordem: 3 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022017000013550 Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: 66ª Promotoria de Justiça da Capital/ Assunto: Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 4 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000007070 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Ivete Frederico Tavares/Condomínio Residencial Jardins Assunto: Saneamento Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 5 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000007670 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Partes: Município de Rio Largo/Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas - IMA Assunto: Gestão Ambiental Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 6 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000007681 Origem: 2ª



Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos Partes: / Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 7 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000007704 Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Gerson Pacheco da Silva Neto/ Assunto: Dever de Informação Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 8 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000007870 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Eletrobrás/ Assunto: Dever de Informação Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 9 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000008025 Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Eliane da Silva Lima/ Assunto: Pagamento Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 10 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000008370 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Alagoas/Condomínio Residencial Bariloche Assunto: Saneamento Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 11 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000008447 Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios Partes: Ministério Público do Estado de Alagoas/José Valmir de Mendonça Assunto: Revogação/Concessão de Licença Ambiental Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 12 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000008791 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: /PW CLEAN SERVIÇOS DE LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA - EPP Assunto: Poluição Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 13 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000008880 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Partes: /Superintendência de Medidas Socioeducativas Assunto: Entidades de atendimento Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 14 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 012017000020030 Origem: 2ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Acquapura Ltda Epp/ Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 15 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 0520170000027877 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Práticas Abusivas Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 16 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009379 Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: FAMECAL - Federação das Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Alagoas/ Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 17 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 012017000022871 Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Acquapura Ltda Epp/ Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 18 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009479 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 19 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009613 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 20 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062012000000146 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Partes: Reinaldo Cavalcante Moura/Maria Dione Moura de Souza Assunto: Dano ao Erário Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 21 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062010000000049 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Dano Ambiental Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 22 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009680 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 23 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009724 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 24 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009735 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 25 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009757 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 26 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009746 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 27 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009768 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 28 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009779 Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Fiscalização Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 29 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009857 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Partes: André Ferreira da Silva/Reginaldo Alves Mendonça Filho Assunto: Dano ao Erário Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 30 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000009880 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Procuradoria-Geral da República/Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac Assunto: Práticas Abusivas Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 31 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062017000010020 Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: UMBELINO DE GODOI FILHO/Departamento de Trânsito de Alagoas - DETRAN/AL Assunto: CNH - Carteira Nacional de Habilitação Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 32 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022017000039840 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Partes: 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios/ Assunto: Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 33 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 092017000009557 Origem: Promotoria de Justiça de São José da Tapera Partes: /NETHELLY GRAZIELLY DOS SANTOS SILVA Assunto: Estupro Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 34 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000001703 Origem: Conselho Superior do Ministério Público Partes: / Assunto: Competência do Órgão Fiscalizador Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 35 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 052018000006031 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Cláusulas Contratuais Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 36 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000001858 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos Partes: Ministério Público do Estado de Alagoas/ Assunto: Dano ao Erário Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 37 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000002146 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Antonio Saturino Cabral/Bar e Restaurante Rei da Macaxeira Assunto: Poluição Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 38 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000002990 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe Partes: / Assunto: Atendimento Médico / Enfermagem / Nutrição Relator: Marcos Barros Méro Ordem: 39 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022018000013987 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Partes: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 40 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000004399 Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: WILLAMS ROGER CLETO CAVALCANTE/ Assunto: Abuso de Poder Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 41 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000004555 Origem: Promotoria de Justiça de Pilar Partes: /Prefeitura Municipal de Pilar Assunto: Conselho do Idoso



Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 42 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022018000021810 Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: ANDRE COSTA GOIS/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 43 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022018000022920 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Partes: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 44 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022018000022953 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Partes: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 45 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022018000028080 Origem: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes Partes: MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS, ESTADO DE ALAGOAS/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 46 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000005743 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: PAULO ROBERTO DA SILVA/ Assunto: Práticas Abusivas Relator: Maurício André Barros Pitta Data de disponibilização: 12 de maio de 2021 Edição nº 418 Diário Oficial Eletrônico instituído e regulamentado pelo Ato PGJ nº 10/2019, de 01 de agosto de 2019 – DOE 02/08/2019 8 Ordem: 47 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000005754 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: DARLAN RODRIGUES VANDERLEI/ Assunto: Práticas Abusivas Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 48 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000007008 Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: NILSON FRANCISCO LOPES E OUTROS/ Assunto: Admissão / Permanência / Despedida Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 49 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000007919 Origem: Promotoria de Justiça de São Sebastião Partes: /MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO Assunto: Da Poluição Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 50 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062018000007985 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA/ Assunto: Práticas Abusivas Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 51 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022018000064298 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Partes: COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 52 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062019000000841 Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Ministério Público do Estado de Alagoas/Estado de Alagoas Assunto: Concurso para servidor Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 53 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022019000016899 Origem: 26ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: 26ª Promotoria de Justiça da Capital/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 54 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022019000017000 Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: SINDATRAM - SINDICATO DOS AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO DO ESTADO DE ALAGOAS/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta Ordem: 55 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062019000006457 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro Partes: CAMARA DOS VEREADORES DE MARECHAL DEODORO/ Assunto: Fornecimento de Medicamentos Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 56 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062019000008011 Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Ministério Público Comunitário/ Assunto: Recursos Hídricos Relator: Valter José de Omena Acioly Ordem: 57 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062020000001030 Origem: 25ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Pessoas com deficiência Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 58 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062020000002006 Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Recursos Hídricos Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 59 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062020000002717 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas/G Barbosa Comercial Ltda. Assunto: Poluição Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 60 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 052020000012426 Origem: Promotoria de Justiça de Feira Grande Partes: / Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque/Valter José de Omena Acioly Ordem: 61 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 052020000013136 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Poluição Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque/Marcos Barros Méro Ordem: 62 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 052020000014480 Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque/Lean Antônio Ferreira de Araújo Ordem: 63 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 052020000014502 Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque/Valter José de Omena Acioly Ordem: 64 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 052020000014513 Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque/Isaac Sandes Dias Ordem: 65 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 052020000014579 Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: / Assunto: Violação aos Princípios Administrativos Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque/Marcos Barros Méro Ordem: 66 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 062020000003616 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe Partes: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe/Al/ Assunto: Oferta e Publicidade Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 67 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022020000067022 Origem: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe Partes: Promotoria de Justiça de Matriz de Camaragibe/Al/ Assunto: Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo Ordem: 68 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022021000006140 Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: 61ª Promotoria de Justiça da Capital/ Assunto: Relator: Isaac Sandes Dias Ordem: 69 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022021000008448 Origem: Protocolo Geral Partes: AMPAL- Associação do Ministério Público de Alagoas/ Assunto: Relator: Marcos Barros Méro Ordem: 70 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 052021000004285 Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Arapiraca Partes: / Assunto: Gestante / Adotante / Paternidade Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque/Valter José de Omena Acioly Ordem: 71 Sessão: 00122021 Cadastro nº: 022017000041479 Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: João Henrique Holanda Caldas - JHC/ Assunto: Relator: Maurício André Barros Pitta; o Presidente em exercício sugeriu adotarem, como de costume, a prática de votação em bloco. Haja vista terem todos os procedimentos sido liberados para os Conselheiros com a devida antecedência, o Presidente perguntou se algum gostaria de realizar manifestação. O Conselheiro Maurício Pitta pediu a retirada de pauta do item 48, de sua relatoria, pois deseja realizar alguns ajustes em seu voto. Aprovada a retirada. Sem mais quem desejasse



manifestar, o CSMP deliberou, unanimemente, por aprovar os votos apresentados pelos Conselheiros Relatores em todos os procedimentos constantes na presente pauta. No momento das COMUNICAÇÕES, o Conselheiro Walber Valente falou que a Corregedoria Geral do Ministério Público de Alagoas, desde o ano passado, está empenhada em correição realizada, em que o Conselho Nacional detectou um acúmulo de Inquéritos Policiais há mais de três anos sem efetiva providência. Passava pela informática, foi resolvido e, em conversa com a Polícia, chegaram a uma logística para solucionar o problema. O Conselheiro Walber Valente afirmou que vão entrar em contato com os Promotores de Justiça, objetivando um encontro virtual para discussão das novas medidas a serem tomadas agora, para se dar um basta nesse acúmulo de Inquéritos Policiais. A Instituição tem realizado os contatos necessários para solução desse problema, em que há perícias pendentes, por exemplo. O Promotor de Justiça deverá pedir a diligência específica necessária, sem ser um pedido genérico, tendo sua independência funcional para dar os encaminhamentos que entender. O Presidente parabeniza, reconhece e agradece a Corregedoria do MPAL, nesse caso específico, e em toda sua atuação. O Presidente agradeceu a Jesus Cristo por essa harmonia de sempre e o objetivo em comum de fazer um trabalho de excelência em bem da sociedade. Agradecendo, também, aos internautas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Edelzito Santos Andrade, Promotor de Justiça, Secretário do Conselho Superior do Ministério Público ad hoc, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente, em razão das medidas preventivas a não propagação do coronavírus.

Conselheiro VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício

EDELZITO SANTOS ANDRADE
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público ad hoc

Diretoria Geral

Seção de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2021

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: SEPROL Comércio e Consultoria em Informática Ltda. (CNPJ nº 76.366.285/0001-40).

Do Objeto: Este Contrato tem por objeto o fornecimento de expansão de solução de rede wireless Aruba Networks, compreendendo a prestação de serviços contínuos de suporte técnico de software (manutenção evolutiva e corretiva), bem como a aquisição de novos access points, além de softwares para gerenciamento avançado, conforme especificações técnicas, quantidades, valores unitários e totais constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2021 e respectivos anexos.

Da Vinculação: Vinculam-se a este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2021, com seus anexos, e os demais elementos constantes no Processo GED nº 20.08.1328.0000044/2021-25.

Do Valor: A Contratante pagará à Contratada, pela execução deste Contrato, a importância de R\$ 209.733,00 (Duzentos e nove mil setecentos e trinta e três reais), conforme tabela abaixo:

LOTE I				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO PARA CONTROLADORA DE REDE SEM FIO.	1 un.	R\$ 46.500,34	R\$ 46.500,34
02	EXPANSÃO CONTROLADORA DE REDE SEM FIO	21 un.	R\$ 1.538,46	R\$ 32.307,66
05	PONTO DE ACESSO SEM FIO – TIPO 01 (INDOOR)	15 un.	R\$ 4.125,00	R\$ 61.875,00
06	PONTO DE ACESSO SEM FIO – TIPO 02 (INDOOR)	5 un.	R\$ 4.250,00	R\$ 21.250,00
07	PONTO DE ACESSO SEM FIO – TIPO 03 (OUTDOOR)	1 un.	R\$ 7.800,00	R\$ 7.800,00
08	UST (Unidade de Serviço Técnico)	200 H	R\$ 200,00	R\$ 40.000,00



TOTAL	R\$ 209.733,00
-------	-------------------

Da Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual- inclusa no PPA 2020-2023, no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107.0000 Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO - 00259 – Natureza da Despesa: 339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - e no Programa de Trabalho: 03.122.0004.2700 – Modernização do Órgão – PO: 000516 – Natureza da Despesa: 449040 Ativo Intangível e 449052 – Equipamentos e Material Permanente.

Da Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, renováveis até o limite estabelecido pela Lei de Licitações, especificamente para os itens 1 e 8, ambos do Lote I.

Parágrafo Primeiro. A vigência dos demais itens corresponderá a dos respectivos créditos orçamentários, respeitando-se os períodos de garantia, quando esta for exigida.

Parágrafo Segundo. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses), contado da assinatura ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do IGP-DI.

Parágrafo Terceiro. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

Parágrafo Quarto. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Data da assinatura: 10 de maio de 2021.

Signatários: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça); Andrei Garcia (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2021

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: SUZANE F. DE SOUZA – CASTRO- EPP (CNPJ nº 21.775.627/0001-94).

Do Objeto: Este Contrato tem por objeto a aquisição de 100 (cem) unidades de armazenamento SSD de 240 GB, visando atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, conforme requisitos técnicos, níveis de qualidade e quantidades descritas no.

Da Vinculação: Vinculam-se a este Contrato, independentemente de transcrição, Termo de Referência; Ata de Registro de Preço PGJ/AL nº 04/2021 e o Edital do Pregão nº 11/2020, com seus anexos, e os demais elementos constantes do Processo nº 20.08.1332.0000020/2021-31.

Do Valor: A Contratante pagará à Contratada, pela execução deste Contrato, a importância de R\$ 26.697,00 (Vinte e seis mil, seiscentos e noventa e sete reais), conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	QTD ADERIR	VALOR TOTAL P/ ITEM
Unidade de armazenamento SSD 240Gb M.2	R\$ 266,97	100	R\$ 26.697,00
VALOR TOTAL			R\$ 26.697,00

Da Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste processo poderão correr à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA- 2020-2023, no Programa de Trabalho 03.122.0004.2700.0000 – Modernização do Órgão, no P.O 000516 - Avanço, Ampliação e Aperfeiçoamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 449052 – Equipamentos e Materiais Permanentes.

Da Vigência: O prazo de vigência deste contrato será contado a partir da data da assinatura até 31 de dezembro de 2021.

Data da assinatura: 14 de maio de 2021.

Signatários: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça); Suzane F. de Souza Castro (Representante legal da Contratada).



Administrativo

Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2021

GED Nº 20.08.1353.0000026/2021-39

OBJETO: Contratação de serviços comuns de manutenção e adequação predial, preventiva, corretiva e de modernização das edificações utilizadas pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

TOTAL DE ITENS LICITADOS: 1 item.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: A partir de 25/05/2021 às 08h00 no site www.licitacoes-e.com.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/06/2021 às 08h00 no site www.licitacoes-e.com.br.

SESSÃO DE LANCES: 04/06/2021 às 09h00 no site www.licitacoes-e.com.br.

INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se nos sites: www.licitacoes-e.com.br e www.mpal.mp.br, ou pelos e-mails cpl@mpal.mp.br e/ou mpal.licitacoes@gmail.com.

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 874039.

Maceió, 21 de maio de 2021.

FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA
Chefe da Seção de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2021

GED Nº 20.08.1329.0000061/2021-36

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de licenças do software SQL Server, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

TOTAL DE ITENS LICITADOS: 2 itens, em 2 lotes.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: A partir de 25/05/2021 às 08h00 no site www.licitacoes-e.com.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 07/06/2021 às 08h00 no site www.licitacoes-e.com.br.

SESSÃO DE LANCES: 07/06/2021 às 10h00 no site www.licitacoes-e.com.br.

INFORMAÇÕES GERAIS: O edital encontra-se nos sites: www.licitacoes-e.com.br e www.mpal.mp.br, ou pelos e-mails cpl@mpal.mp.br e/ou mpal.licitacoes@gmail.com.

NÚMERO DA LICITAÇÃO: 874040.



Maceió, 21 de maio de 2021.

FERNANDO ANTÔNIO VASCO DE SOUZA
Chefe da Seção de Licitações

Promotorias de Justiça

Atos diversos

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, neste ato representado pelo Promotor de Justiça ALBERTO TENÓRIO VIEIRA, Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Arapiraca, com atribuição na Defesa do Consumidor, situada na Rua Samaritana, 778 – Santa Edwiges – Arapiraca, AL, CEP 57310-245, fone (82) 3482-210. no uso de suas atribuições legais e diante da impossibilidade da notificação pessoal, por via postal ou e-mail, vem notificar JONAN ERNESTO DOS SANTOS JÚNIOR, para que tome ciência da Decisão Administrativa que concluiu pelo arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2021.00000596-2, com vistas a apurar supostas irregularidades, no fornecimento de lanches e de água contaminada na empresa A&C Centro de Contatos S.A., a equipe de fiscalização da Vigilância Sanitária de Arapiraca, realizou uma inspeção no estabelecimento terceirizado, Panificadora e Lanchonete Rio Branco, responsável pelo fornecimento dos lanches que são ofertados aos colaboradores. Que no momento da inspeção não foram encontrados nenhum indício ou prova que motivasse ou justificasse o objeto da denúncia. Em caso da discordância com a promoção de arquivamento do presente expediente o noticiante poderá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, encaminhar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público, com endereço, Rua Dr Pedro Jorge, R. Jorge de Melo e Silva, 79 - Poço, Maceió - AL, CEP 57025-400, telefone (82) 2122-3508. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se esta notificação, que será publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas. Arapiraca , 20 de maio de 2021.

21ª Promotoria de Justiça da Capital
RESENHA

A 21ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por meio do Promotor de Justiça titular, vem, nos termos do art. 4º, da Resolução 174, de 04.07.2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar ao(s) interessado(s) a adoção de providências na Notícia de Fato 01.2021.00001595-0 – Interessado: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas – Objeto: pedido de providências - Decisão: Diante do exposto, não havendo providência útil a ser adotada pelo Ministério Público nos presentes autos, procedo o arquivamento desta Notícia de Fato, nos termos do art. 4º, da Resolução 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público. Os interessados dispõem do prazo de 10 dias, a contar da data da publicação, para interpor recurso administrativo.

Assinado digitalmente
Jamyil Gonçalves Barbosa
Promotor de Justiça

Portarias

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIÇOSA

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 06.2021.00000182-2

Portaria Nº 0012/2021/PJ-Viços

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, titular da Promotoria de Justiça de Viçosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III da Constituição Federal, § 1º do art. 8º da Lei 7.347/85 e pelo art. 26, I da Lei 8.625/93, considerando o disposto na Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 01/2010 do CPJMP-AL, diante do contido na NF n.º 01.2020.00002614-2 dando conta de relatório do Conselho Regional de Medicina do Estado de Alagoas apontando diversas irregularidades nas unidades básicas de saúde do município de Viçosa, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando complementar as informações trazidas para averiguação da notícia e delimitação do âmbito do eventual Inquérito Civil a ser aberto, bem como para tomada de providências que se afigurem necessárias e, para tanto, determina:



1. Requisitar do Secretário de Saúde do município de Viçosa informações sobre a situação atual das unidades de saúde em relação ao contido no referido relatório do CREMAL;
2. O envio de uma cópia desta portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para fins de informação e acompanhamento.
3. Determina ainda dar publicidade à presente portaria fazendo-a publicar no Diário Eletrônico do Ministério Público;

Viçosa, 21 de maio de 2021.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIÇOSA

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 06.2021.00000186-6

PORTARIA Nº 0016/2021/PJ-Viços

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, titular da Promotoria de Justiça de Viçosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III da Constituição Federal, § 1º do art. 8º da Lei 7.347/85 e pelo art. 26, I da Lei 8.625/93, considerando o disposto na Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 01/2010 do CPJMP-AL, diante do contido na NF n.º 01.2020.00002826-2 dando conta de possível acumulação ilícita de cargos públicos, bem como de ausência permanente do serviço público por pessoa reportada na referida NF, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando complementar as informações trazidas para averiguação da notícia e delimitação do âmbito do eventual Inquérito Civil a ser aberto, bem como para tomada de providências que se afigurem necessárias e, para tanto, determina:

1. Requisitar do Secretário de Administração do município de Viçosa a ficha funcional da servidora IVONEIDE BERNARDO ROMEIRO, bem como informações sobre o cargo por ela ocupado e ainda, informações sobre eventuais licenças concedidas entre 2019 e 2021;
2. Expedir carta precatória ministerial à Promotoria de Justiça de Cajueiro, a fim de que esta requirite da prefeitura do aludido município informações sobre eventual vínculo estatutário ou contratual, ou ainda de outra forma de provimento da referida servidora, além das informações apontadas no item 01;
3. O envio de uma cópia desta portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para fins de informação e acompanhamento.
4. Determina ainda dar publicidade à presente portaria fazendo-a publicar no Diário Eletrônico do Ministério Público;

Viçosa, 21 de maio de 2021.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIÇOSA

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 06.2021.00000185-5

PORTARIA Nº 0015/2021/PJ-Viços

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, titular da Promotoria de Justiça de Viçosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III da Constituição Federal, § 1º do art. 8º da Lei 7.347/85 e pelo art. 26, I da Lei 8.625/93, considerando o disposto na Resolução n.º 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 01/2010 do CPJMP-AL, diante do contido na NF n.º 01.2020.00002824-0 dando conta de possíveis atos de improbidade administrativa em



face de ex gestores e secretários do município de Viçosa consistentes em fraude a processos licitatórios e contratação com empresas de faixada além de contratos superfaturados; tendo em vista a precariedade das informações disponibilizadas pelo denunciante e considerando o esgotamento do prazo de conclusão da notícia de fato acima reportada, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, objetivando complementar as informações trazidas para averiguação da notícia e delimitação do âmbito do eventual Inquérito Civil a ser aberto, bem como para tomada de providências que se afigurem necessárias e, para tanto, determina:

1. Requisitar do Secretário de Administração do município de Viçosa:

Cópia do processo licitatório e contrato com a empresa Barros Lima Empreendimentos LTDA, cujo objeto foi a locação de veículos;
Cópia do processo licitatório e contrato com a empresa Antônio Vieira de Souza Serviços – ME, cujo objeto foi a locação de veículos;
Cópia do processo licitatório e contrato com a empresa EP Transportes e Serviços LTDA-EPP, cujo objeto foi a locação de veículos;
Cópia do processo licitatório e contrato com a empresa Transloc Locação de Máquinas Pesadas e Serviços LTDA-EPP, cujo objeto foi a locação de veículos pesados;
Cópia do processo licitatório e contrato com a empresa Ceará Comércio de Alimentos LTDA-ME, tendo como objeto a aquisição de material de construção (Ata de registro de preços 14/2015);
Cópia do processo licitatório e contrato com a empresa Bernardi e Guedes LTDA-EPP, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios (contrato 006/2015)

2. O envio de uma cópia desta portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para fins de informação e acompanhamento.

3. Determina ainda dar publicidade à presente portaria fazendo-a publicar no Diário Eletrônico do Ministério Público;

Viçosa, 21 de maio de 2021.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIÇOSA

Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000237-6

PORTARIA Nº 0014/2021/PJ-Viçosa

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, titular da Promotoria de Justiça de Viçosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, VI da Constituição Federal, art. 26, I da Lei 8.625/93 e considerando o disposto na Resolução n.º 174/17 do Conselho Nacional do Ministério Público, diante do contido na NF n.º 01.2020.00002616-4 dando conta da necessidade de ajustamento de conduta com o município de Viçosa no sentido de viabilizar a implementação de meios para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos provenientes do referido município, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, objetivando a formalização do termo de ajustamento de conduta para os fins perseguidos e, para tanto, determina:

1. Requisitar do Secretário de Administração do município de Viçosa informações sobre a existência de lixões no município, bem como sobre a existência de equipamentos públicos sucedâneos dos lixões a céu aberto;
2. Requisitar do Instituto do Meio Ambiente, caso se afigure necessário, perícia a fim de constatar eventual poluição ambiental.
3. Designar data para formalização de termo de ajustamento de conduta.
4. Determina ainda dar publicidade à presente portaria fazendo-a publicar no Diário Eletrônico do Ministério Público;

Viçosa, 21 de maio de 2021.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VIÇOSA

Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000236-5

PORTARIA Nº 0013/2021/PJ-Viços

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, titular da Promotoria de Justiça de Viçosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, VI da Constituição Federal, art. 26, I da Lei 8.625/93 e considerando o disposto na Resolução n.º 174/17 do Conselho Nacional do Ministério Público, diante do contido na NF n.º 01.2020.00002615-3 dando conta da necessidade de ajustamento de conduta com o município de Chã Preta no sentido de viabilizar a implementação de meios para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos provenientes do referido município, resolve instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, objetivando a formalização do termo de ajustamento de conduta para os fins perseguidos e, para tanto, determina:

1. Requisitar do Secretário de Administração do município de Chã Preta informações sobre a existência de lixões no município, bem como sobre a existência de equipamentos públicos sucedâneos dos lixões a céu aberto;
2. Requisitar do Instituto do Meio Ambiente, caso se afigure necessário, perícia a fim de constatar eventual poluição ambiental.
3. Designar data para formalização de termo de ajustamento de conduta.
4. Determina ainda dar publicidade à presente portaria fazendo-a publicar no Diário Eletrônico do Ministério Público;

Viçosa, 21 de maio de 2021.

ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Atos diversos

RECOMENDAÇÃO COVID

Assunto: COVID-19. Ações determinadas pelas autoridades de Saúde. Medidas de restrição de mobilidade e prevenção ao contágio. Impactos sobre a política de saúde pública nacional.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça titular da Comarca de Cajueiro/AL, adiante firmado, no uso de suas atribuições legais, amparado no art. 127, caput, e art. 129, II e VI, ambos da Constituição Federal, art. 5º, da Lei Complementar Estadual nº 15/96, Lei nº 8.265/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e ainda aplicando a resolução de nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, o qual dispõe que "O Ministério Público, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, de procedimento administrativo ou procedimento preparatório, poderá expedir recomendação objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender e, sendo o caso, a edição ou alteração de normas" e:

CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição Federal Brasileira, o que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo artigo 6º, VII, LC nº 75/93, e artigo 8º, parágrafo primeiro, c/c art. 21 da Lei nº 7347/85, c/c artigo 90 da Lei nº 8.078/90);



CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil elege a saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, assim como ratifica, a Constituição do Estado de Alagoas, ao determinar que constitui função social do Estado velar pela proteção e defesa da saúde no âmbito individual e coletivo;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.080/90 dispõe que a saúde é direito fundamental do ser humano, reputando ser dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, mediante formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO O as medidas adotadas pelo Governo do Estado de Alagoas por intermédio do Decreto de nº 73.650/2021, com restrições de circulação e limitações de eventos, entre outros e Decreto Municipal de nº 07/2021, publicado em 03 de março do corrente ano;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar a distribuição gratuitas de bens em estado de calamidade pública nos termos do §10 do art. 73 da Lei 9.504/1997;

CONSIDERANDO as notícias veiculadas na página da rede social do Município de Cajueiro, anunciando programação com eventos públicos para celebrar a emancipação do Município no dia 22 de maio do corrente ano;

resolve RECOMENDAR ao Poder Executivo do Município de Cajueiro, na pessoa da Prefeita LUCILA RÉGIA ALBUQUERQUE TOLEDO e aos Senhores Secretários do Município de Cajueiro/AL :

1- Que adotem todas as providências preventivas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde contra a pandemia do coronavírus a fim de que todos os eventos, públicos e privados, de qualquer natureza que possuam expectativa de público, NÃO causem aglomeração e respeite as regras de distanciamento social determinadas pelo Decreto estadual de nº 73.650 publicado em março de 2021, sob pena de responsabilização criminal do Gestor e Secretários responsáveis pelo evento;

2-Que sejam prestadas as orientações necessárias aos participantes dos eventos e colaboradores, ainda que informais, sobre os procedimentos regulamentados pelo plano de contingência municipal e estadual a fim de implementar as medidas preventivas para evitar a disseminação do vírus nos eventos;

4- Que sejam adotadas medidas de divulgação por meio de carros de som e panfletos, rádio comunitária, a fim a orientar a população acerca dos decretos estaduais e municipal que tratam das restrições impostas para evitar a disseminação do vírus ora tratado, em especial a impossibilidade de aglomerações e eventos que facilitem a proliferação da doença;

Oficie-se ao Chefe do Poder Executivo de Cajueiro, por seu representante legal, encaminhando-se cópia desta recomendação, o qual, pelo ato de recebimento do expediente fica notificado a apresentar informações a respeito do seu cumprimento, no prazo de 24 (vinte e quatro) a contar do recebimento, sob pena da adoção das medidas judiciais pertinentes.

Publique-se esta Recomendação Diário Oficial.

MARIA LUÍSA MAIA SANTOS
Promotora de Justiça

Cajueiro, 21 de maio de 2021.